

## REQUERIMENTO

"A recente entrada em vigor do Regime Obrigatório de Rotulagem da carne de bovino veio introduzir alterações na actividade normal do comércio da carne e criar novas obrigações aos seus agentes. Em Portugal a autoridade competente nesta matéria é o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete de Planeamento da Política Agro-Alimentar, estando indigitados como organismos de controlo as Direcções Gerais de Veterinária e da Fiscalização de Controlo da Qualidade Alimentar.

Assim, tendo em consideração:

- as implicações dessa determinação no normal funcionamento dos locais de venda de carne;
- o conjunto de informação que passa a ser obrigatório transmitir a necessária sensibilização dos consumidores para o conjunto de informação agora disponibilizada;
- a notória falta de informação sobre a matéria que tem sido manifestada pelos agentes económicos;
- o que dispõe a regulamentação comunitária relativamente ao financiamento de acções de informação e vulgarização sobre a rotulagem de carne de bovino, e ainda o teor de um recente despacho conjunto dos Ministros da Agricultura e das Finanças, disponibilizando uma verba de 150.000 contos com o objectivo de divulgação dos sistemas de rotulagem;

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na ALRA, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, requerem ao Governo Regional as seguintes informações:



- Quais os organismos da administração regional com competência nesta matéria?
- Que acções foram desenvolvidas pelos serviços competentes do Governo Regional dos Açores com vista à implementação do regime de rotulagem obrigatória de carne de bovino, previsto no Reg (CE) 1760/2000?
- Quais as acções de esclarecimento levadas a cabo junto dos agentes económicos (talhantes e industriais de carnes), onde foram realizadas e que organismos as orientam?
- Que acções de informação e esclarecimento foram desenvolvidas junto dos consumidores?
- Qual o montante das verbas envolvidas até ao presente nestas acções e quais os meios de financiamento que foram utilizados?

Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 2001.

**Os Deputados Regionais, *Luís Sequeira de Medeiros, Manuel Azevedo e Joaquim Machado.***"